



Grupo Parlamentar CHEGA

Nota de Imprensa

CHEGA DEFENDE INCENTIVOS ATRACTIVOS PARA FIXAÇÃO DE MÉDICOS NOS AÇORES

A fixação de médicos no Serviço Regional de Saúde é uma preocupação do CHEGA, que tem alertado para a necessidade de se darem outros incentivos – não só financeiros – para que os clínicos queiram manter-se na Região.

Esta foi uma preocupação também partilhada pelo Conselho Regional dos Açores da Ordem dos Médicos, durante uma reunião que aconteceu hoje com os deputados do CHEGA Açores, José Pacheco, Olivéria Santos, e o deputado à Assembleia da República, Miguel Arruda, onde se defendeu uma obrigação legal para que os médicos permaneçam algum tempo nas localidades onde fazem a formação complementar.

No final da reunião com a Ordem dos Médicos, o líder parlamentar do CHEGA Açores, José Pacheco defendeu um contrato de permanência e fixação estabelecido com os novos médicos para que “não venham tirar a especialidade e vão embora”. Mas, além disso, também podem ser dadas outras condições para que os médicos permaneçam no Serviço Regional de Saúde. “Neste momento há um desfazamento temporal entre o internato e a especialidade. Os concursos têm de ser mais céleres. Têm de se criar condições para formação, tem de se apoiar com mais verbas a formação no exterior, ou a publicação em revistas científicas”, explicou José Pacheco que acrescentou a importância de haver maior interacção entre a Universidade dos Açores e o Hospital do Divino Espírito Santo (HDES). “Precisamos de fazer uma parceria, de ter um hospital/escola onde os médicos possam pôr em prática tudo o que aprendem. A Universidade dos Açores já deu o primeiro passo, com os preparatórios de Medicina, mas temos de demonstrar isso no nosso Hospital”, referiu.

Outra das questões abordadas na reunião, já denunciada pelo CHEGA, tem a ver com as baixas médicas fraudulentas. O CHEGA questionou a Ordem dos Médicos que diz não ter recebido queixas sobre o assunto, recomendando que sejam denunciadas estas situações para que possam agir internamente. “A primeira fiscalização das baixas fraudulentas tem de ser do Estado e não está a ser feita. Começa a ser uma pouca-vergonha, porque as pessoas estão a tirar férias, usando baixas. Isto está a prejudicar os contribuintes, mas também todos os serviços do Estado e dos privados. As pessoas não podem ter trabalhadores que depois estão ausentes por estarem supostamente doentes. Se a fiscalização for feita devidamente, e tem de ser feita, podemos conseguir travar isto”, reforçou o parlamentar.

O CHEGA questionou ainda a Ordem dos Médicos acerca do hospital modular que está a ser construído junto ao Hospital do Divino Espírito Santo para dar resposta aos serviços afectados pelo incêndio que obrigou a encerrar o hospital. O CHEGA já disse que aquela não pode ser uma solução permanente, mas entende que deve ser pensada já uma forma de dar resposta aos



Grupo Parlamentar CHEGA

constrangimentos de espaço que já se sentem no HDES. “Temos de pensar se além da requalificação do HDES podemos vir a precisar de uma nova unidade hospitalar. Se assim é, temos de começar a trabalhar já. Não vamos esperar que – ao fim de 20 anos - o hospital modular fique caótico e desgastado, e dizer que temos um problema. Se já estamos a prever o problema, vamos atacar já, analisar, trabalhar e falar com quem de direito, porque daqui a 20 anos será tarde demais para pensarmos numa solução alternativa”, esclareceu José Pacheco.

Ponta Delgada, 13 de Agosto de 2024

CHEGA | Comunicação